



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE Informe

Número Especial

Nº 50 – Janeiro de 2013

Perspectivas da Economia Cearense para 2013

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Regis Façanha Dantas – Diretor de Estudos Sociais

IPECE Informe - nº 50 - Dezembro de 2012 – Edição Especial

Equipe Técnica

Maria Eloisa Bezerra da Rocha (Coordenadora do documento)

Ana Cristina Lima Maia Souza

Alexandre Lira Cavalcante

Daniel Cirilo Suliano

Débora Gaspar Feitosa

Francisco Ailson Alves Severo Filho (SEPLAG)

Jimmy Lima de Oliveira

Klinger Aragão Magalhães

Nicolino Trompieri Neto

Paulo Pontes

Raquel da Silva Sales

Vitor Hugo Miro

Witalo Lima Paiva

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Esse documento traz uma análise do cenário internacional e nacional para 2013 e seus possíveis rebatimentos na economia cearense. São apresentadas informações sobre projeção do PIB do Ceará para 2012/2013 e o comportamento da economia nas áreas industrial, agropecuária, serviços e comércio exterior. Outros temas relacionados à magnitude e composição dos gastos sociais do Ceará previstos para o próximo ano são também discutidos, fazendo-se uma análise pelas principais Secretarias ligadas a área social, assim como o volume dos investimentos nos principais projetos de infraestrutura. Por fim são feitas projeções sobre ritmos de redução da pobreza, desigualdade e o cenário fiscal do Ceará.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. RETROSPECTIVA ECONÔMICA.....	6
2.1 Economia Internacional.....	6
2.2 Economia Brasileira.....	8
2.3 Economia Cearense.....	9
3 PERSPECTIVAS PARA 2013.....	11
3.1 Economia Internacional.....	11
3.2 Economia Brasileira.....	12
3.3 Economia Cearense	13
3.3.1 Produto Interno Bruto e Valor adicionado da Agropecuária, Indústria e Serviços.....	13
3.3.2 Comércio Exterior.....	21
3.3.3.Mercado de Trabalho.....	23
3.3.4 Finanças Públicas.....	24
3.3.5 Cenário Social e de Infraestrutura.....	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Para 2013, estima-se que a economia mundial deverá crescer em torno de 2,4%, percentual ligeiramente superior ao de 2012 (2,2%).
- Quanto ao comportamento da economia americana, em 2013, projeta-se uma taxa de crescimento de 1,7%, inferior à de 2012 (2,1%). No entanto, é possível que essa taxa prevista para 2013 seja pouco maior por conta das medidas de natureza fiscal que estão sendo implementadas nos primeiros dias de janeiro, as quais, certamente, terão impactos positivos na economia americana e, conseqüentemente, na economia mundial.
- A zona do Euro deverá crescer 0,6%, em 2013, frente ao recuo verificado em 2012, de 0,3%, em função das medidas implementadas para reduzir a crise financeira, cujos efeitos não serão suficientes para se obter um crescimento mais consistente, razão porque deverão persistir ainda as elevadas taxas de desemprego.
- Já a sustentação da economia mundial, em 2013, ficará, mais uma vez, a cargo das economias dos países em desenvolvimento, como: China (7,9%), Índia (6,1%), Brasil (4,0%) e o México (3,8%). Vale ressaltar que os crescimentos previstos para as economias desses países dependerão, em parte, da intensidade da recuperação dos países desenvolvidos, que mantêm parceria comercial forte, com aquelas nações, e pela ampliação dos investimentos, sobretudo os privados.
- O crescimento na maioria dos emergentes aumentará em 2013, em função das políticas expansionistas adotadas. A expansão do PIB da China aumentará em 2013 e 2014, influenciada pela alta dos investimentos públicos. Portanto, o crescimento dos emergentes permanecerá bem acima da média dos países desenvolvidos.
- A inflação global continuará baixa, apesar das medidas expansionistas em vários países. A relativa estabilidade dos preços das *commodities* será determinante para que as pressões inflacionárias sejam reduzidas.
- Os juros permanecerão, também, sob controle, na maioria dos países. Mas caso haja uma expansão mais intensa nas economias desses países, os governos poderão elevar a taxa para manter a estabilidade de suas economias.
-

1. INTRODUÇÃO

O documento traça as perspectivas da economia cearense para 2013, analisada por meio do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo Valor Adicionado, considerando o comportamento recente dos diversos setores da atividade econômica, assim como o desempenho de alguns indicadores sociais. Para a construção desse cenário, considerou-se a magnitude dos investimentos que serão realizados no Ceará, além das perspectivas dos cenários macroeconômico global e nacional, com seus possíveis rebatimentos locais.

Observa-se que o PIB brasileiro continua sendo afetado pelos efeitos da crise internacional, principalmente pela redução das expectativas de crescimento econômico projetadas para 2012 e as previsões para 2013. Para contrabalançar, o Governo Federal vem adotando ações de política monetária e política fiscal de natureza anticíclica, permitindo que o país consiga fechar o ano com taxa positiva.

Para uma melhor visão das análises feitas, neste estudo, o Informe está estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução. A seção dois faz uma retrospectiva das economias em nível mundial, brasileiro e cearense, observando-se os períodos pré-crise (2004-2007) e pós-crise (2008-2012), destacando os principais acontecimentos e ressaltando as atividades que mais se sobressaíram, bem como quais as medidas adotadas pelos governos para as soluções dos problemas e os novos rumos econômicos. Na terceira seção estão as perspectivas do cenário mundial para 2013, com destaque para o desempenho futuro das economias brasileira e cearense. Ainda nessa seção, são feitas análises sobre as perspectivas dos diversos segmentos que darão suporte ao crescimento previsto para a economia cearense em 2013. Na quarta seção apresentam-se as considerações finais sobre a economia estadual.

2. RETROSPECTIVA ECONÔMICA

2.1 Economia Internacional

Antes das crises de 2008/2009, crise financeira, e de 2012, nos países da zona do euro, a economia mundial crescia, em média, a 5% ao ano, enquanto no período de 2006-2009 a economia mundial, já influenciada pela primeira crise, registrou um crescimento médio de apenas 1,1% (Tabela 1).

Em 2010, o mundo parecia ter encontrado o caminho para a retomada do crescimento de tempos anteriores, quando registrou expansão de 4,0%. Nesse ano a China cresceu 10,3%, a Índia, 9,6% e o Brasil, 7,5%. Mas os primeiros indícios da crise dos países da zona do euro, a partir de 2011, bem como a pouca recuperação dos Estados Unidos, provocaram um arrefecimento nas economias, sobretudo nas dos países em desenvolvimento, onde as perspectivas de crescimento foram maiores do que as obtidas, como foi o caso do Brasil (2,7%), China (9,2%) e Índia (6,9%), conforme apresentado na Tabela 1.

As prováveis causas para esses resultados mais moderados decorreram dos tênues efeitos das políticas adotadas pelos principais países mergulhados em crises, sobretudo os europeus, para combater as elevadas taxas de desemprego e amenizar a pressão sobre a dívida soberana, de países como a Grécia, Espanha, Portugal e outros. Por essa razão, países que vislumbravam continuar crescendo a um ritmo mais acelerado, tiveram seu crescimento rebaixado, sobretudo no ano de 2012.

Então, as primeiras estimativas de crescimento para 2012 foram revistas por diversas vezes, pelos organismos internacionais e os nacionais dos principais países. As revisões ocorreram de acordo com as respostas das economias dos países às políticas anticrises. As últimas estimativas feitas pela Organização das Nações Unidas (ONU), para as principais economias do mundo, estão contidas no relatório “Situação e Perspectivas da Economia Mundial em 2012”, divulgado em outubro de 2012, que acabaram confirmando as previsões feitas no final de 2011, de um ano fraco para a economia mundial. Os dados mostram que a economia mundial deverá fechar o ano em ritmo lento, com um crescimento no PIB de 2,2%, ainda impulsionado pelos países em desenvolvimento, como a China (7,7%), Índia (3,3%) e pela Rússia (3,7%), considerada como economia em transição, além dos Estados Unidos, que

reinicia o caminho para um crescimento mais positivo, 2,1%, mas abaixo da média mundial. O que chamou a atenção, nesses anos, foi o fraco desempenho do Brasil, que se colocava dentre os principais países que sustentariam a economia mundial. As medidas adotadas pelo Governo Federal durante e reeditadas no período pós-crise, perderam força e não foram suficientes para garantir a sustentabilidade do crescimento registrado em 2010, sendo provável fechar o ano de 2012, segundo a ONU, com uma taxa de 1,3%.

A União Europeia concluirá o ano de 2012 com um desempenho econômico negativo (-0,3%), igual à média dos anos de 2006 a 2009. Ressalte-se que ainda faltam algumas medidas de ajuste a serem implementadas para que esses países voltem ao crescimento mais sustentável, a destacar: a não conclusão da união bancária, e outras ajudas financeiras, que ainda não foi definida.

Diante desse quadro, a economia brasileira, segundo o Relatório da ONU, crescerá a uma taxa mínima de 1,3%, praticamente a metade do crescimento de 2011 (2,7%), abaixo da média americana (2,1%) e menor do que a média mundial. Vale dizer que essa estimativa é pouco superior à da última previsão do mercado brasileiro, expressa no Relatório Focus do Banco Central (28 de dezembro de 2012), que prevê um crescimento de 0,98%, em 2012, bem abaixo da estimativa divulgada por esse Relatório Focus em 30 de dezembro de 2011, que era de 3,30%.

Tabela 1 - Taxa de crescimento (%) do PIB das regiões e países selecionados - Mundo 2006/2009 e 2010-2012 (*)

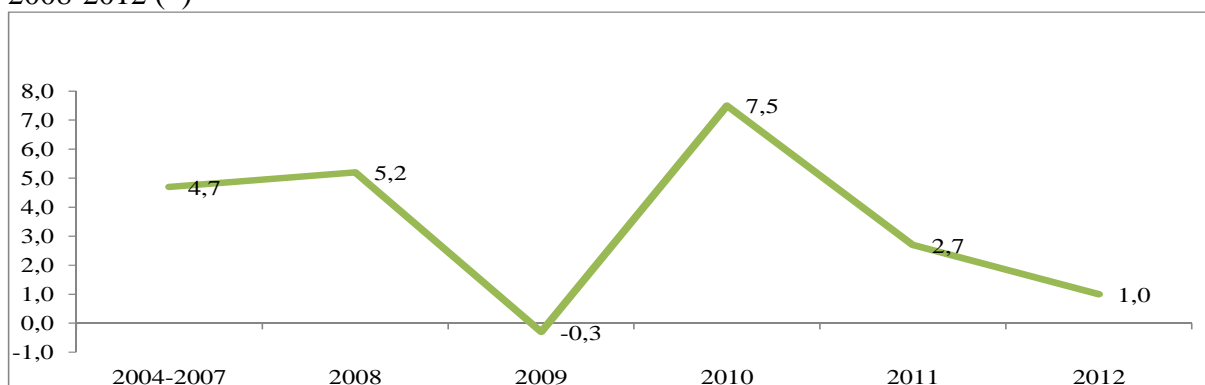
Países e Regiões	2006/2009	2010	2011	2012
Mundo	1,1	4,0	2,7	2,2
Economias desenvolvidas	-0,4	2,6	1,4	1,1
Estados Unidos	-0,5	2,4	1,8	2,1
Japão	-1,5	4,5	-0,7	1,5
União Europeia	-0,3	2,1	1,5	-0,3
Economia em transição	2,2	4,4	4,5	3,5
Rússia	1,7	4,3	4,3	3,7
Economia em desenvolvimento	5,2	7,7	5,7	4,7
África	4,7	4,7	1,1	5,0
China	11,0	10,3	9,2	7,7
Índia	7,3	9,6	6,9	3,3
Brasil	3,6	7,5	2,7	1,3
México	-0,6	5,5	3,9	3,9
América Central e Caribe	2,5	6,0	4,3	3,1

Fonte: *World Economic Situation and Prospects 2013/United Nations (ONU)*. (*) Dados preliminares e podem sofrer alterações.

2.2 Economia Brasileira

Após registrar crescimento de 4,7%, ao ano, no período de 2004/2007, e expandir 5,2% em 2008, a economia brasileira registrou queda de 0,3%, em 2009, relativamente a 2008. Com as ocorrências das crises internacionais, já comentadas, a economia brasileira perde seu dinamismo de 2008 a 2012, como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 -Taxa de crescimento (%) do PIB a preços de mercado – Brasil - 2004/2007 e 2008-2012 (*)



Fonte: IBGE. (*) 2011 e 2012 são dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos.

O cenário externo de crise trouxe implicações para a política econômica no Brasil. Ao longo de 2009, implantou-se uma série de iniciativas nos campos monetário e fiscal com o objetivo de incentivar a demanda agregada da economia, com destaque para a adoção de impostos e contribuições sociais (IPI, PIS e COFINS) reduzidos para diversos produtos, a desoneração das importações de bens de capital e a expansão dos investimentos dos Governos e empresas estatais. As atividades mais incentivadas e que deram mais retorno positivo, foram: o Comércio, sobretudo o varejista, e a Construção civil.

No entanto, a resposta às medidas adotadas só veio mais forte em 2010, quando o Produto Interno Bruto (PIB) registrou um crescimento de 7,5% sobre o ano de 2009, atingindo a maior taxa positiva desde 1986, divulgada pelo IBGE, que coincidentemente foi de 7,5%. A expansão do PIB de 2010 resultou do aumento de 6,9% do Valor Adicionado a preços básicos e do aumento de 11,7% nos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. A expansão dos impostos reflete, principalmente, o crescimento em volume de 10,7% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além do aumento de 42,1% do Imposto sobre Importação (II) e de 16,0% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Assim, quando se pensava que a economia brasileira havia encontrado o caminho da recuperação, foi deflagrada a crise dos países europeus, como uma continuidade da crise de 2008/2009, provocando desaceleração da economia brasileira nos anos de 2011 e 2012. Em 2011, pensava-se que a economia entraria em um processo de recuperação, com o mercado prevendo um crescimento de 4,5% (Relatório Focus de 31 de dezembro de 2010), mas o resultado observado foi um crescimento do PIB de apenas 2,7%. A Agropecuária (3,9%) foi à atividade que mais cresceu, em 2011, seguida dos Serviços (2,7%) e da Indústria (1,6%).

Como a economia não respondeu na intensidade que se esperava, o governo reeditou as medidas no campo monetário e fiscal, mas não houve maiores impactos e em 2012, de janeiro a setembro, acumulou uma taxa positiva de 0,7%, inferior ao crescimento previsto no final do ano anterior, que era de 3,3%. Vale lembrar que essa previsão foi revista durante o ano e em dezembro o Banco Central, por meio do Relatório Focus de dezembro, reavaliou a estimativa, rebaixando-a para o patamar de, aproximadamente, 1%.

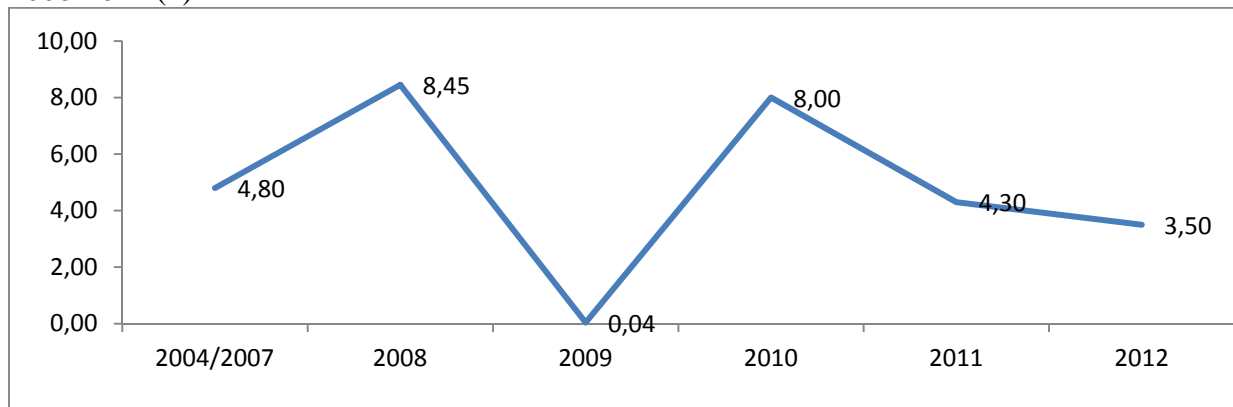
Vale notar que durante o período de 2009 a 2012 a economia brasileira foi sustentada pelas atividades da Construção civil, Comércio (varejista e atacadista), consumo das famílias e despesas da Administração pública. O crescimento dessas atividades foi motivado pelo aumento da população ocupada, massa real de salários, bem como pela expansão do crédito ao consumo. Por outro lado, a Formação Bruta de Capital Fixo, que apresentou expansão de 4,7% em 2011, em decorrência da Construção civil e da expansão da importação de máquinas e equipamentos, perdeu dinamismo, registrando queda de 3,9%, no acumulado de janeiro a setembro de 2012.

2.3. Economia Cearense

Nos últimos anos, a economia cearense tem demonstrado maior dinamismo do que a economia nacional. De fato, durante o período anterior à crise (2004-2007), a economia cearense cresceu a uma taxa média anual de 4,8% contra 4,7% da economia brasileira, como está no Gráfico 2. Na análise de 2004 a 2012, o pior resultado apresentado pela economia cearense foi no ano de 2009, ápice da primeira crise, quando o PIB a preços de mercado

estadual alcançou uma taxa de crescimento de apenas, 0,04%, mesmo assim acima da média nacional que registrou uma queda de 0,3% sobre o ano de 2008.

Gráfico 2 -Taxa de crescimento (%) do PIB a preços de mercado – Ceará - 2004/2007 e 2008-2012 (*)



Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Os dados dos anos de 2011 e 2012 são preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos.

Vale ressaltar que, além dos efeitos da crise, 2009 foi um dos anos mais difíceis para a Agropecuária cearense, tendo em vista a ocorrência de cheias nas zonas produtoras, inclusive nas áreas irrigadas, que ficaram inundadas. A queda na produção de algumas frutas e de grãos prejudicaram as indústrias de Alimentos e bebidas cearenses, que têm maior peso dentre os diversos segmentos da indústria de Transformação, destacando a queda de 11,9% na produção de castanha de caju. A queda do Valor adicionado da Agropecuária foi de 22,0%. A Indústria também teve papel importante para o pouco crescimento do PIB de 2009, com uma queda de 0,45%, ficando para o setor Serviços a responsabilidade de evitar um declínio na economia cearense, devido à expansão de 2,1%.

Em 2010, após o ápice da crise em 2009, a economia cearense registrou um crescimento em seu Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado, de 8,0%, ficando, mais uma vez, acima da média nacional, que apresentou uma expansão de 7,5%. Foram decisivas para esse resultado as medidas adotadas para combater a crise. Mais uma vez as atividades do Comércio, principalmente o varejista, a Construção civil e as atividades ligadas a Alojamento e alimentação, segmento que mostra a tendência do turismo, serviram de sustentáculo para alavancar a economia cearense. Os segmentos da Indústria e Serviços foram os responsáveis pelo crescimento da economia cearense, com taxas de, respectivamente, 11,84% e 6,75%. A taxa de 2010 só não foi maior em virtude do resultado da Agropecuária, que mais uma vez foi

negativa, com variação de -8,38% sobre o ano de 2009, decorrente da escassez de chuva nas zonas produtoras.

Nos anos posteriores, 2011 e 2012, a economia cearense arrefeceu seu ritmo de crescimento, em parte, pelo fraco desempenho da economia brasileira, que foi contaminada pela lenta recuperação dos Estados Unidos e a deflagração da crise dos países europeus. Para atenuar os efeitos negativos dessa crise internacional, o governo brasileiro optou pela continuidade dos incentivos das políticas monetária e fiscal, como redução da taxa de juros Selic e os benefícios fiscais de isenção/redução de IPI direcionados ao Comércio e a Construção civil. No entanto, esse modelo de políticas começa a perder dinamismo, em função do endividamento das famílias, bem como da baixa expectativa de investimentos do setor privado.

Mediante o que foi exposto, a economia cearense deverá fechar o ano de 2012 com uma taxa positiva de 3,5%, que pode variar no intervalo de 3,0 a 4,5%, segundo as estimativas do IPECE. Similarmente à primeira previsão sobre a economia brasileira, a estimativa do PIB cearense, em 2012, era de 4,0 a 4,5% no final de 2011. A revisão foi consequência da seca de 2012, que abalou a Agropecuária e pela não recuperação da Indústria, mais especificamente a de Transformação, que pesa pouco mais de 50% na composição do setor Industrial do Ceará.

Continuando a análise, na próxima seção traçam-se comentários sobre as perspectivas da economia cearense para 2013, detalhadas por segmentos econômicos, sociais e de infraestrutura.

3 PERSPECTIVAS PARA 2013

3.1 Economia Internacional

A ONU estima que somente em 2016 o nível de emprego dos países europeus e dos Estados Unidos voltará ao patamar de anos antes das crises, tendo em vista a lenta recuperação de suas economias. Segundo o Relatório, ainda há riscos de agravamento da crise na zona do euro e os Estados Unidos poderá deteriorar a situação fiscal. Além disso, vislumbra uma desaceleração mais forte da economia chinesa.

Mesmo com essas ponderações, a ONU prevê para a economia mundial, em 2013, um crescimento de 2,4% superior ao estimado para 2012 (2,1%). A economia dos países desenvolvidos repetirá a taxa de crescimento de 2012, 1,0%, com menores taxas de expansão para os Estados Unidos (1,7%) e Japão (0,6%). O importante é que o Relatório coloca a responsabilidade pelo crescimento mundial nas economias da China (7,9%), Índia (6,1%), África (4,8%) e Brasil (4,0%), o que resultará em uma taxa média de crescimento das economias de países em desenvolvimento de 5,1%, como está explícito na Tabela 2.

Tabela 2 - Taxa de crescimento (%) do PIB das regiões e países selecionados - Mundo 2012-2013 (*)

Países e Regiões	2012	2013
Mundo	2,2	2,4
Economias desenvolvidas	1,1	1,1
Estados Unidos	2,1	1,7
Japão	1,5	0,6
União Europeia	-0,3	0,6
Economia em transição	3,5	3,6
Rússia	3,7	3,6
Economia em desenvolvimento	4,7	5,1
África	5,0	4,8
China	7,7	7,9
Índia	3,3	6,1
Brasil	1,3	4,0
México	3,9	3,8
América Central e Caribe	3,1	3,9

Fonte: World Economic Situation and Prospects 2013/United Nations (ONU).

(*) Dados preliminares e podem sofrer alterações.

3.2 Economia Brasileira

O Banco Central, por meio do Relatório Focus, estima um crescimento de 3,3%, em 2013, para o PIB nacional, taxa menor do que a apresentada pelo ONU.

No entanto, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) acredita que a economia brasileira alcance os 4% previsto pela ONU. A Tabela 3 mostra as expectativas da CNI para alguns agregados macroeconômicos que foram decisivos para manter a economia positiva, nos anos de crises.

Tabela 3 - Taxa de crescimento (%) de indicadores selecionados - Brasil - 2012-2013 (*)

Indicadores Selecionados	2012	2013
Consumo das famílias (%)	3,1	3,8
Taxa de desemprego (%)	5,5	5,3
IPCA (%)	5,5	5,5
Formação Bruta de Capital (%)	-4,5	7,0
Balança comercial (US\$ bilhões)/MDIC	(-) 19,4 (**)	(-) 18,1(*)

Fonte: CNI e MDIC.

(*) São estimativas da CNI e podem sofrer alterações.

(**) São dados definitivos divulgados pelo MDIC.

3.3 Economia Cearense

3.3.1 Produto Interno Bruto e Valor Adicionado Setorial

Para o ano de 2012, a projeção média de crescimento do PIB cearense é de uma taxa positiva de 3,5%, podendo oscilar entre 3,0% e 4,0%. Os resultados das previsões podem ser vistos na Tabela 4, que apresenta os valores do PIB a preços de mercado correntes, para as economias cearense e nacional e seus respectivos valores do PIB *per capita*, que representa a renda gerada pelas atividades econômicas em relação à população residente. A razão entre o PIB *per capita* do Ceará e Brasil corresponde a, aproximadamente, 48%.

Em 2013, caso concretizem-se, ao longo do ano, as perspectivas positivas sinalizadas neste documento, o PIB cearense crescerá em torno de 4,0%, acima da média nacional (3,3%), significando um valor de R\$ 103,8 bilhões, com um PIB *per capita* de R\$ 11.958 (Tabela 4). Vale lembrar que os dados são preliminares e podem sofrer alterações quando estimado na versão definitiva.

Tabela 4 - Estimativa do PIB pm e PIB *per capita* - Brasil e Ceará – 2012 - 2013

Indicadores Selecionados	2012 (*)		2013 (*)	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
PIB (R\$ milhão)	94.655	4.422.499	103.826	4.818.335
Crescimento Real do PIB (%)	3,5	0,98	4,0	3,3
PIB <i>per capita</i> (R\$)	10.999	22.803	11.958	24.643

Fonte: IPECE e IBGE.

Agropecuária

Os prognósticos para a Agropecuária no Ceará estão relacionados às condições climáticas, que nos últimos anos têm se apresentado muito irregulares, ou seja, com grandes oscilações climáticas entre os anos. Essas ocorrências aliadas ao baixo grau de previsibilidade climática conferem ao setor Agropecuário um elevado grau de incerteza. Assim, tanto a ocorrência de seca ou de uma quadra invernososa intensiva, traz prejuízos à produção agropecuária. A seca atinge em especial a produção agrícola de sequeiro, sobretudo a produção de grãos, e as cheias têm efeitos nos dois sistemas de produção, ou seja, além da produção de sequeiro, prejudica também a produção irrigada, dado que causam inundações e, conseqüentemente, perdas de produção, sobretudo a fruticultura.

No Ceará, o órgão responsável pelas informações climáticas é a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), cujas previsões para 2013 vão ser emitidas nas primeiras semanas do ano, que antecedem o período de chuvas, para a obtenção de informação com maior margem de segurança. De qualquer forma, já foram registradas chuvas em dezembro e início de janeiro, a chamada pré-estação, principalmente na Região do Cariri, embora não exista uma correlação entre a pré-estação e a quadra chuvosa. As condições termodinâmicas atuais dos Oceanos Pacífico e Atlântico, decisivas na configuração das precipitações, apresentam neutralidade, não permitindo nenhuma conjectura para a próxima estação.

Já a previsão do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE), para o primeiro trimestre de 2013, indica “maior probabilidade de chuvas na categoria abaixo da faixa normal para a área desde o Amapá até o centro-norte da região Nordeste”. O monitoramento dessas condições geográficas, disponíveis com antecedência é de fundamental importância para que os governos tomem as medidas necessárias por meio de ações que amenizem os efeitos da estiagem ou do excesso de chuva, bem como para conhecimento da sociedade que poderá ser afetada direta ou indiretamente, o que inclui o atendimento emergencial às populações com o fornecimento de suprimento básico, como também a racionalização dos recursos e a construção de infraestrutura para eventos futuros.

A despeito dessas indefinições, que poderão influenciar as estimativas de safra para 2013, o levantamento do IBGE, de novembro de 2012, aponta um crescimento, em 2013, de 6,9% na safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas em relação a 2012, tendo por base o prognóstico de recuperação e crescimento de 20,8% da produção da região Sul, que é a maior região produtora do país, e de 26,2% para o Nordeste, considerando que não ocorram adversidades climáticas. Os produtos que apresentaram maiores estimativas de crescimento para a safra de 2013 em nível nacional foram o feijão de 1ª safra, 26,5%, soja, 23,9%, milho 1ª safra, 7,4% e arroz, 1,3%, acompanhadas da previsão de aumento de 5,4% da área plantada.

Apesar dessas estimativas, em nível de país e algumas regiões, ainda não se dispõe de uma previsão consistente da safra de 2013 para o Ceará. Considerando que as perdas da produção de grãos em 2012 superaram 80,0%, com uma estiagem de grandes proporções, a produção poderá apresentar crescimento, devido à base de comparação reduzida. O ano de 2012 merece um comentário à parte, visto que se configurou uma seca com amplos efeitos negativos, dos quais se observou elevada perda de safra, aumentando a vulnerabilidade social, inclusive com insegurança alimentar e hídrica em várias regiões, exigindo esforço emergencial. Seus efeitos ainda deverão ser percebidos e registrados nos próximos anos quando os dados referentes à migração, renda e outras variáveis sociais serão apresentados. Além disso, tem também o efeito direto sobre a produção que já deverá ser percebido a partir de 2013, como a redução do rebanho.

Também conforme adiantado nas perspectivas de 2011, o Ceará avançou no *status* sanitário, estando na iminência de se tornar uma Zona Livre de Aftosa com Vacinação. Isso abrirá novas possibilidades para os pecuaristas, com a ampliação de mercados.

Para os produtores, as expectativas são de ocorrência de chuvas regulares a fim de se reestabelecer as reservas hídricas e, gradualmente, a recuperação dos rebanhos, ao mesmo tempo em que se compõe uma maior infraestrutura para tornar a população menos vulnerável às oscilações climáticas. No que se refere à infraestrutura, a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado Ceará (SDA) lançou, em dezembro, os primeiros editais do Projeto São José III, referentes ao Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, como também à Inclusão Econômica. No total, o Projeto São José III prevê investimento de R\$ 300 milhões em sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, projetos produtivos e

fortalecimento institucional. As cadeias produtivas priorizadas serão da ovinocaprinocultura, apicultura, piscicultura, horticultura irrigada, cajucultura, mandiocultura, pecuária leiteira e artesanato.

Também foi aprovado pelo Senado Federal um empréstimo do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no valor de US\$ 40 milhões, com contrapartida de igual valor do Estado, para investimento no Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades Paulo Freire. Assim, no período de 2013 a 2019, serão beneficiados 31 municípios do semiárido cearense com ações para reduzir a pobreza rural, no âmbito agrícola e não agrícola. Vale ressaltar que os municípios selecionados possuem os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além disso, o Programa Mais Irrigação terá investimento público global de R\$ 3 bilhões e previsão de R\$ 7 bilhões em investimentos privados, no intuito de incluir pequenos e médios agricultores, contemplando 4.144 ha do Perímetro Baixo Acaraú com Parcerias Público Privada para concessão da ocupação agrícola e investimento em infraestrutura, com editais previstos para, respectivamente, junho e agosto de 2013. O Perímetro Tabuleiros de Russas será contemplado com 6.376 ha em implantação e revitalização, buscando aumento da eficiência e melhor ocupação das áreas, enquanto os projetos de irrigação Araras Norte, com 3.225 ha, Ayres de Souza, com 615 ha, Icó-Lima Campos, com 4.263 ha, e Várzea do Boi, com 630 ha, serão contemplados no eixo Agricultura Familiar e Pequenos Irrigantes. Saliente-se, ainda, Ibicuitinga que terá 15.000 ha contemplados com Estudos e Projetos, a fim de identificar potencial para implantação de novo perímetro de irrigação.

Portanto, 2013 deverá ser um ano de estruturação, após um período que expôs a fragilidade que ainda persiste na zona rural do Nordeste e que afetou em 2012, em maior ou menor grau, a economia como um todo, com repercussão social para a população, principalmente a rural. Enfim, as expectativas para a produção agrícola no Ceará, em 2013, devem ser vistas com cautela, pois uma das condições determinantes, as oscilações climáticas, ainda não se têm informações suficientes para um prognóstico mais seguro.

Indústria

O setor Indústria é composto por quatro segmentos, a saber: Extrativa mineral, Transformação, Construção civil e Distribuição de energia, água, gás e esgoto urbano. No Ceará, a indústria de maior importância é a de Transformação, que abrange mais de 50% do setor industrial.

Mas os segmentos que mais têm contribuído com o desempenho positiva da Indústria total e, conseqüentemente, a economia de um modo geral, são as indústrias de Construção civil e Distribuição de energia, água, gás e esgoto, que desde 2004 vêm registrando resultados positivos e com isso sustentando a atividade, tendo em vista o fraco desempenho das indústrias de Transformação e Extrativa mineral. Para 2013, esse crescimento deverá continuar, sobretudo, o da Construção civil, uma vez que o mercado imobiliário continua aquecido e as obras para a realização das copas das Confederações e do Mundo ainda estão em andamento. Além disso, o segmento continua sendo incentivado pelo Governo Federal, por meio da desoneração do IPI e pela adoção de outras medidas de incentivo com efeito sobre os custos de produção. Outro fato mais recente e que tenderá a beneficiar as atividades de Construção civil no Ceará, são as propostas da nova gestão municipal de Fortaleza, por meio da Secretaria de Habitação, que deverão priorizar as obras do Programa minha Casa, Minha Vida, que estão em um ritmo muito lento.

As expectativas elaboradas pelas instituições de classe, sobre o desempenho da Indústria de Transformação em 2012, foram de recuperação das atividades produtivas em nível nacional e, conseqüentemente, no Ceará. Mas o que se viu foram quedas contínuas na produção industrial, em grande parte das regiões pesquisadas pelo IBGE, e que já acumula uma taxa de -2,85%, para o Brasil, e -2,45%, para o Ceará. O comportamento da indústria de Transformação cearense, na verdade, reflete o que está ocorrendo em nível nacional.

Os resultados de 2012 são explicados pela manutenção de algumas das dificuldades existentes em 2011 e pelo surgimento de “novos problemas”, não antecipados corretamente nas previsões para 2012, como a deflagração da crise dos países da zona do Euro, onde alguns são parceiros comerciais do Brasil e do Ceará.

O desempenho positivo em 2013 dependerá, em larga escala, da superação ou reversão dos entraves e obstáculos persistentes em 2012 e que explicam a retração da atividade. Adicionalmente, as perspectivas para indústria de Transformação cearense são influenciadas, em boa medida, pelo que se espera para economia brasileira.

No ambiente interno, o desempenho da produção industrial, em 2013 estará atrelado, principalmente, à melhoria nas condições de oferta com ampliação da competitividade e, em menor escala, ao comportamento da demanda doméstica.

Em relação às condições de oferta, em 2012, a indústria continuou a sofrer com problemas de competitividade, em especial para fazer frente à concorrência de produtos internacionais. Apesar das medidas adotadas, como as desonerações tributárias para alguns segmentos e a ampliação de linhas de crédito diferenciadas, os efeitos sobre a atividade industrial ainda não se manifestaram na magnitude esperada.

Diante dos resultados de 2012, a expectativa é de que essas medidas de estímulo à atividade industrial sejam mantidas e ampliadas de modo a beneficiar uma parcela maior da indústria para o ano que se inicia. Adicionalmente, tem-se a redução do preço na energia confirmada para 2013, com impacto direto nos custos de produção. Em conjunto, tais mecanismos devem assegurar algum ganho de competitividade ao setor industrial, melhorando a capacidade de resposta na disputa interna com os produtos importados e permitindo uma maior apropriação do crescimento apresentado pelo comércio.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI) a indústria brasileira retomará o crescimento em 2013, pois o Valor Adicionado da Indústria deverá crescer 4,1% em relação a 2012. Essa visão otimista já inclui a continuidade da crise na Europa e nos Estados Unidos sem grandes rupturas, mas com processo lento de recuperação, e a efetividade das medidas de estímulo à economia brasileira, principalmente as destinadas a aumentar a competitividade da indústria.

Quanto à demanda doméstica, o consumo das famílias tem e terá papel preponderante. A manutenção da disposição em gastar, ou em se endividar para consumir, será o elemento principal. Nesse particular, os incentivos já foram dados em 2012 e a margem de manobra destes mecanismos em 2013 está limitada. Redução dos juros, ampliação da oferta e melhoria

das condições de acesso ao crédito, e a diminuição de impostos, têm sido os instrumentos utilizados desde 2011, mas, no entanto, seus efeitos sobre a demanda parecem estar próximo do limite.

A tais mecanismos juntam-se o desempenho do mercado de trabalho e as expectativas do consumidor quanto ao desempenho da economia em 2013 como determinantes da disposição em consumir. A possibilidade de desaquecimento do mercado de trabalho e a presença de incertezas quanto ao ano de 2013 podem inibir os estímulos positivos citados acima. De todo modo, a expectativa é de que o cenário de estímulo permaneça também em 2013, restando esperar apenas que a demanda, em nível nacional, continue a responder como desejado.

Quanto ao cenário externo, as relações comerciais com o exterior exerceram, em 2012, um papel importante no desempenho da economia nacional como um todo e no comportamento da indústria em particular. Para 2013, a expectativa é que essa influencia seja menor.

Após os ajustes de 2012, a economia mundial deverá trilhar um caminho de maior crescimento a partir de 2013. Contudo, a melhora se dará em ritmo gradual, com repercussões internas limitadas. A demanda externa não será a principal fonte de crescimento e as exportações deverão apresentar pouca expansão. Por outro lado, as importações deverão registrar redução no ritmo de crescimento, mas manterão efeitos mais intensos sobre a atividade industrial, que não serão contrabalançadas pela provável expansão das exportações. A concorrência com os produtos externos, embora em menor magnitude, deve continuar a dificultar o maior crescimento da produção industrial, o que aumenta a importância das medidas voltadas para ampliar a competitividade.

O cenário acima será facilitado pelo câmbio. O nível da taxa de câmbio deve permanecer em patamares que vão favorecer a atividade produtiva, facilitando exportações e desestimulando o ingresso de produtos estrangeiros. Em suma, no *front* externo, o quadro deverá apresentar uma melhora gradual para produção industrial, sem, contudo, desempenhar papel determinante.

Diante do cenário delineado acima, onde se tem (a) melhoria nas condições de oferta e na competitividade do setor, (b) manutenção da demanda nos patamares atuais, (c) melhoria no ritmo das exportações, e (d) menor pressão dos produtos importados, a perspectiva é de que a

produção industrial brasileira e a cearense sigam uma trajetória de recuperação, com crescimento gradual em 2013.

Serviços

Os Serviços representam 72,13% da economia cearense e dentre suas atividades, o maior destaque cabe ao Comércio, em particular o varejista, que desde 2004 vem crescendo.

Para 2013 as previsões relativas ao setor de Serviços são positivas, considerando as últimas medidas do Governo Federal direcionadas ao Comércio, sobretudo a redução da taxa de juros, bem como a desoneração de impostos (IPI) incidentes nos produtos industriais, que rebatem nas vendas comerciais, por atingir bens de amplo consumo interno, como a linha branca de produtos (geladeira, fogão e máquina de lavar), massas alimentícias e materiais de construção, o que impactará positivamente nas vendas desses. Adicione ainda o novo valor do Salário Mínimo, de R\$ 678,00, que contribuirá para alavancar o consumo.

Segundo informação da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) as vendas de veículos se manterão num patamar acima da média em 2013, principalmente em função da continuidade da política de redução de IPI cuja alíquota voltará de forma progressiva a seu patamar original até julho de 2013.

Outra atividade que promete contribuir para a economia cearense, em 2013, é o turismo, devido às ações que estão sendo implementadas e que continuarão ao longo do ano. O mais importante é que essas ações estão sendo descentralizadas e direcionadas para o interior do estado, como é o caso da construção dos aeroportos de Aracati, já inaugurado e o de Jericoacoara, em processo de inauguração, além das ampliações de vias estruturantes que ligam os principais destinos turísticos cearenses. Uma das metas para o turismo, neste ano, será qualificar equipamentos para atrair o turista internacional de forma mais efetiva.

O mercado de trabalho deverá continuar contratando em resposta aos empreendimentos em implantação, bem como em função do bom desempenho esperado para as atividades varejistas e o turismo. Porém, um entrave paira sobre este segmento, que é a escassez de mão de obra qualificada para atender todas as atividades em alta.

3.3.2 Comércio Exterior

Conforme previsto no documento “Perspectiva da Economia Cearense para 2012”, a Corrente de Comércio Exterior do Ceará cresceu, sendo que as importações foram as grandes responsáveis por esse crescimento.

No tocante às exportações cearenses, assim como as exportações brasileiras, ambas estiveram em 2012 inseridas em um quadro de incertezas causadas principalmente pelos reflexos das crises, com a demanda reprimida em vários países da Europa e nos Estados Unidos, causando assim, um recuo nas vendas externas tanto do Brasil como do Ceará. Para soerguer o setor, o governo brasileiro adotou algumas medidas, como o REINTEGRAR e o Fundo de Financiamento à Exportação, mas elas não foram suficientes para evitar a queda das exportações em 2012, contribuindo mais para atenuar o impacto causado pela conjuntura vivida pelo mundo.

Quanto às importações, o documento previu um crescimento acima do desempenho das exportações em razão, principalmente, dos investimentos, em energia e infraestrutura física, demandados pela Copa das Confederações e Copa do Mundo, havendo a necessidade de importar em grande parte, diversas máquinas e equipamentos, e também cimento, para serem utilizados na Construção civil, dentre outros produtos específicos.

O cenário do mercado internacional retrata países adotando políticas para a retomada do crescimento econômico, o que gera boas perspectivas, porém é preciso ter muita cautela, pois os governos vêm aplicando uma série de medidas de austeridade fiscal, incluindo corte de despesas do governo e de benefícios sociais. Mas o fato é que as economias em crise já estão sinalizando pequeno crescimento, o que refletirá no comércio exterior. Com isso, é importante olhar o comportamento do Brasil no comércio mundial, bem como o desempenho do comércio exterior cearense no contexto nacional, de maneira que seja possível se tirar vantagem da retomada da economia mundial.

Atualmente, o Brasil participa com apenas 1,44% das exportações mundiais, ficando classificado no 22º lugar entre os maiores países exportadores, enquanto pelo lado das importações se situa na 21ª. posição, com 1,30% das importações mundiais. Esses valores chamam a atenção pela baixa representatividade em termos do comércio mundial,

principalmente quando se considera que o Brasil é a sétima economia do mundo. Especialistas na área do comércio exterior acreditam que esse comportamento se deve, em parte, à concentração da pauta de exportações brasileira, formada, predominantemente, por bens de commodities, e também pelo fraco desempenho das exportações de bens manufaturados.

O Ceará participa com 0,55% das exportações brasileiras e 1,30% das importações, refletindo uma pequena participação do comércio exterior no volume das transações internacionais brasileiras. Vale lembrar, porém, que esse desempenho do comércio externo não é tão ruim, visto que a economia cearense representa apenas 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. No entanto, é preciso ressaltar que a pauta de exportações cearenses está concentrada em três produtos de baixo valor agregado, calçados e suas partes, couros e peles e a castanha de caju, que representam cerca de 55% do total exportado pelo Estado.

Para estimar o comportamento do comércio exterior cearense no ano de 2013, é preciso avaliar mais detidamente as políticas de caráter competitivo, a logística e as negociações de mercado. Muito foi falado que o Brasil vem perdendo competitividade no mercado externo, e para evitar essa perda foi elaborado o Plano Brasil Maior (2011-2014), com o *slogan* "Inovar para Competir. Competir para Crescer", contemplando uma série de ações de política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do governo federal.

Outro fator de grande importância tem sido o comportamento do câmbio, com o dólar operando na faixa acima de R\$ 2,00. Por essa razão, estima-se que o comércio exterior brasileiro e, por conseguinte, o comércio exterior cearense opere no ano de 2013 em uma situação melhor do que a do ano de 2012. Diante do cenário internacional, espera-se que as exportações cearenses, que vinham apresentando trajetória de crescimento ao longo dos últimos anos, retomem novamente esse ritmo, uma vez que os principais mercados para onde o Ceará exporta, Estados Unidos, Argentina e países europeus, já mostram sinais de recuperação, o que poderá aquecer a demanda pelos produtos cearenses no ano de 2013, melhorando, portanto, o desempenho do setor neste ano.

Outra expectativa de impulso das exportações cearenses é sinalizada por uma medida recente do Governo Federal assinada em 17 de dezembro de 2012, a qual incentiva ainda mais as exportações, por meio de um acordo de cooperação para promover ações de desenvolvimento conjuntas na área de atuação das instituições financeiras, que contempla todos os estados do

Nordeste e o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. O documento prevê parcerias para desenvolver a implantação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) na região, além de outras ações sob a responsabilidade do ministério, como inovação, arranjos produtivos, desenvolvimento de pequenas e microempresas, cultura exportadora e outras. O acordo terá validade de 24 meses e poderá ser prorrogado até 60 meses.

As importações cearenses por sua vez, ainda tenderão a ser superiores às exportações devido à manutenção da trajetória da economia cearense, com investimentos tanto do setor público como privado, e obras de infraestrutura para os eventos esportivos, Copa do Mundo e Copa das Confederações, os quais vêm demandando artigos importados como laminados de ferro/aço, cimentos, geradores de energia elétrica, dentre outros produtos.

Quanto às principais origens das importações cearenses, a China despontou em primeiro lugar no ano de 2012, com um crescimento de 119,87%, e sinaliza como forte parceiro também para 2013, mas deve-se ressaltar que a China diminuiu o ritmo de sua demanda externa. Os Estados Unidos e Argentina, apesar de terem apresentado uma queda nas vendas para o Ceará, ainda continuarão sendo países de destaque nas importações cearenses.

De maneira geral, as estimativas ainda indicam um saldo negativo da Balança Comercial cearense em 2013, devido ao maior incremento das importações em relação às exportações, trajetória resultante principalmente da manutenção do atual modelo de desenvolvimento do Estado.

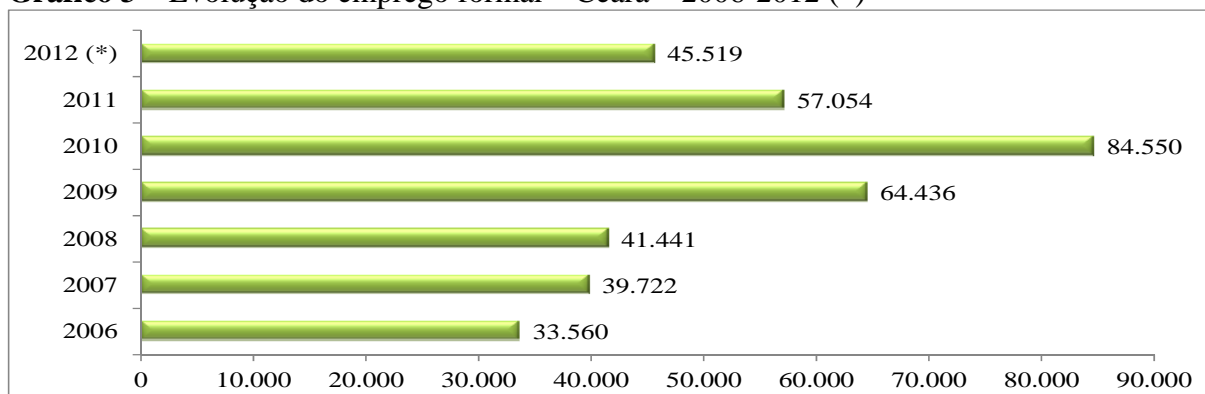
3.3 3 Mercado de Trabalho

Os resultados positivos da economia cearense, ao longo dos últimos anos, têm proporcionado ampliação de empregos formais, como mostram os dados contidos no Gráfico 3. Apesar do ritmo menor no crescimento econômico do Ceará, nos anos de 2011 e 2012, houve expansão no número de empregos formais, com saldos de 57 mil e 45 mil, respectivamente. Vale lembrar que os empregos gerados em 2012 são referentes ao período de janeiro a novembro, ou seja, ainda faltam ser computados os números do mês de dezembro.

As perspectivas do mercado de trabalho estão estritamente relacionadas ao ritmo da economia. Assim, como se prevê crescimento da economia cearense acima da média nacional,

em 3,5%, haverá ampliação de emprego formal, puxada pelos desempenhos da Construção civil, Comércio, destacando o varejista, e Serviços, que são responsáveis pela maior geração de emprego no Ceará. Dentre as atividades do setor de Serviços destaca-se o ramo de Alojamento e alimentação, pela elevada expansão do emprego nos últimos anos, movida pela boa *performance* do turismo cearense.

Gráfico 3 – Evolução do emprego formal – Ceará – 2006-2012 (*)



Fonte: CAGED/MTE.

3.3.4 Finanças Públicas

De acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2013¹, o Governo do Ceará estima uma receita corrente de, aproximadamente, R\$ 18,38 bilhões e uma despesa corrente de R\$ 14,24 bilhões. Calculando a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, ambas não financeiras, projeta-se assim, um superávit primário de R\$ 313,45 milhões.

Quanto às receitas, no ano de 2012, houve uma diminuição de repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), por conta da recente redução da alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pelo Governo Federal para alguns produtos, com vistas a aumentar o consumo de bens pela população. Esta redução do repasse comprometeu o desempenho das receitas que, em parte, foi compensada pelo bom desempenho da arrecadação do Imposto sobre Consumo de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com o retorno gradual das alíquotas do IPI até Julho de 2013, espera-se que os repasses do FPE sejam maiores em comparação com o ano de 2012.

¹ Dados preliminares passíveis de mudanças após as emendas legislativas.

Destacam-se, ainda, algumas ações da Secretaria da Fazenda que podem contribuir favoravelmente para o crescimento da arrecadação estadual em 2013. Merecem ser citadas: a redução, em média de 9,0% quando comparado ao ano de 2012, da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a continuidade da política de redução e isenção do ICMS sobre produtos selecionados que tem contribuído para a ampliação da base de incidência do imposto e, conseqüentemente, aumento da arrecadação.

Merece destacar, também, a contínua ampliação do Programa Nota Fiscal Eletrônica, a modernização do setor de tecnologia da SEFAZ por meio da implementação do Sistema de Gestão Tributária SIGET e de seis *scanners* para o combate de contrabando e sonegação fiscal em postos de fiscalização localizados na divisa do Ceará, e a ampliação do uso de cartão de crédito para o pagamento de impostos estaduais, como ações relevantes para reforçar para reforçar a arrecadação estadual em 2013.

Quanto às despesas orçamentárias, a PLOA de 2013 prevê que os gastos nas rubricas de saúde e educação em relação à receita corrente líquida de impostos serão superiores aos limites legais estabelecidos, alcançando 27,7% na educação, onde o limite mínimo é de 25%, e 13,5% na saúde, cujo limite mínimo é de 12%, representando, respectivamente, R\$ 2,8 bilhões e R\$ 1,67 bilhão. Já a despesa com pessoal representará 47,17% da RCL, valor bem abaixo do limite prudencial estabelecido pela LRF, que é de 57,00%. Portanto, verifica-se, que a previsão de gastos públicos para 2013 está plenamente de acordo com os limites legais estabelecidos.

Relativamente à dívida pública estadual deve-se observar que, como consta no Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2012, o Ceará possuía uma dívida consolidada líquida de R\$ 2.732 milhões em agosto de 2012, sendo o limite máximo de endividamento do Estado, estabelecido pelo Senado, de R\$ 21,3 bilhões. Ou seja, o Ceará possui capacidade de contrair crédito sem comprometer os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No ano de 2013 deverão ser decididas, pelo Congresso Nacional, diversas matérias que terão reflexos nas finanças públicas estaduais. Na primeira delas será definida a nova forma de partilha do Fundo de Participação dos Estados, que deveria ter sido aprovada até o final de 2012. Dada a não aprovação dessa matéria, no início de dezembro, as lideranças do

Congresso cogitam a possibilidade de propor ao STF o adiamento do prazo de validade dos critérios atuais. Entretanto, tendo em vista que os novos critérios de distribuição do FPE deverão ser votados em 2013, é necessário analisar-se as alternativas que serão postas em votação para mensurar se o Estado do Ceará ganhará ou perderá recursos no futuro.

Outro ponto que deverá repercutir nas finanças públicas estaduais será a nova regulamentação do ICMS que está sendo proposta pelo Governo Federal, em que as alíquotas interestaduais seriam homogeneizadas em 4%. Essa proposta não tem sido bem recebida pelos estados do Nordeste, incluindo o Ceará, sobre o argumento de que essa alíquota inviabilizaria as políticas estaduais de desenvolvimento local. Já o Governo Federal argumenta que dessa forma seria eliminado o conflito conhecido como Guerra Fiscal.

Quanto aos efeitos dessa medida nas finanças públicas estaduais deve-se considerar que foi proposto um prazo de transição até o ano de 2025, o que limitaria efeitos imediatos.

O último ponto polêmico em discussão no Congresso Nacional está relacionado com a divisão dos royalties do petróleo, mas houve, no final de 2012, uma frustração nas expectativas do Governo Estadual, de aumentar as receitas correntes com essa fonte de recursos, tendo em vista que o Governo Federal vetou o novo critério de distribuição. Assim, só se saberá se essas receitas ocorrerão ou não após a derrubada do veto presidencial e do encerramento da briga jurídica que ocorrerá caso o veto seja derrubado. Por outro lado, já é esperada uma redução da arrecadação de ICMS dado à diminuição no preço da tarifa da energia elétrica, em decorrência da Medida Provisória nº 579.

3.3.5 Cenário Social e Infraestrutura

Essa seção encontra-se subdividida em duas subseções. A primeira apresentará o cenário social, com informações na área de saúde, educação, combate à extrema pobreza, diminuição das desigualdades de renda, além de perspectivas de avanço com base nos dados do orçamento na área social previsto para próximo ano. Na segunda parte, o tema abordado é o de infraestrutura, para o qual vai ser utilizada a matriz de Gastos nessa área orçados para 2013 por secretaria de estado e programa, excluindo-se o custeio de manutenção da secretaria e o pagamento de pessoal envolvido.

3.3.5.1 Social

A inclusão social é um dos principais desafios a serem enfrentados em todo o mundo. A redução da pobreza é um compromisso assumido em escala global e acordado entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. No Brasil, esse compromisso foi reforçado por um conjunto de políticas com objetivos claros de redução da pobreza e da miséria. A formatação de políticas de transferência de renda que resultou no Programa Bolsa Família, em 2003, representou um grande pilar na política social brasileira. De fato, ao longo da década de 2000, juntamente com melhorias no mercado de trabalho, os indicadores sociais apresentaram um cenário onde figuraram a redução tanto da desigualdade de renda como das taxas de pobreza em magnitudes historicamente baixas, de acordo com as pesquisas domiciliares.

No entanto, apesar dos avanços da década anterior, o último Censo Demográfico ainda catalogou um contingente de mais de 16 milhões de brasileiros vivendo com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00, considerada naquele ano a linha de extrema pobreza oficial no país. No Ceará especificamente, esse contingente correspondia a 1,5 milhões de pessoas, sendo o 7º Estado com a maior proporção de extremamente pobres. Esse volume de pessoas vivendo em condições precárias evidencia que existe ainda espaço para uma política social mais eficaz na focalização dos menos favorecidos.

Nesse sentido, as perspectivas para os próximos anos poderiam ser traçadas com base em informações que permitam a elaboração de um verdadeiro perfil da população pobre no seu caráter multidimensional, mostrando, assim, que a insuficiência de renda está correlacionada com diversas outras deficiências sociais, como o acesso a bens e serviços essenciais, como água, luz, educação, saúde e moradia.

Na esteira desse argumento, torna-se necessário potencializar os avanços obtidos até então e aprimorar a estratégia de combate à pobreza buscando reduzir ao mínimo esse contingente populacional que ainda não dispõe de meios para se incluir socialmente. Um passo importante foi dado através da criação do Plano Brasil Sem Miséria reforçando o alicerce da política social iniciada na década de 2000 por meio de um aprimoramento das ações de combate à pobreza e mobilização da estrutura das três esferas de governo em três eixos principais: transferência de renda, inclusão social/produtiva e acesso aos serviços públicos. O objetivo é

preencher as lacunas ainda existentes e aumentar a gama de ações que beneficiam os estratos sociais mais vulneráveis.

Como parte do Plano, em maio de 2012, o governo lançou o programa Brasil Carinhoso que, inicialmente beneficiaria crianças de até 6 anos de idade. Em outubro, o Brasil Carinhoso estendeu os benefícios para crianças e adolescentes até 15 anos de idade. Como a maior incidência da pobreza brasileira encontra-se nesta faixa de idade, o impacto do programa é direto e de grande magnitude. De acordo com estimativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 1.476.282 cearenses passarão a receber o benefício do Governo Federal garantindo renda familiar *per capita* superior à linha de extrema pobreza de R\$ 70. Tomando por base os dados do Censo Demográfico de 2010, isto corresponde a uma redução de mais de 98% da extrema pobreza no Estado, apontando uma tendência de erradicação da extrema pobreza no Ceará.

Considerando as diversidades regionais, estratégias em âmbito estadual também passaram a ser aprimoradas. Sob a atenção constante do Estado, a inclusão social vem sendo enfrentada sob a perspectiva de redução das desigualdades no acesso a bens e serviços públicos e da inclusão produtiva das famílias em condição de vulnerabilidade social.

Na área de Saúde, por exemplo, o Estado do Ceará também vem passando por avanços significativos, que alicerçam uma perspectiva positiva para os próximos anos. Essa estratégia é, sem dúvida, salutar na medida em que as condições de capital humano para a vida laboral e estudantil da população dependem também de suas condições físicas. Dentro desse contexto, destaca-se a nova estruturação das unidades de atendimento médico do Estado cearense: são 41 novas unidades de saúde do Programa de Expansão e Melhoria da Assistência (PROEXMAES).

Somam-se, ainda, os hospitais regionais em Quixeramobim e na região metropolitana de Fortaleza (que não fazem parte do PROEXMAES) e mais 32 Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) distribuídas por todo o estado, o que totaliza 75 novas unidades. Os investimentos realizados foram orçados em torno de R\$ 1 bilhão de reais, o que equivale a 1,15% do PIB do Ceará em 2011, colocando a saúde pública do Estado do Ceará como uma das mais equipadas e de maiores investimentos da América Latina.

Por sua vez, na área educacional, as informações obtidas do último Censo possibilitaram evidenciar um avanço significativo na redução da taxa de analfabetismo – em 2010, eram 18,78% de analfabetos, enquanto que no início da década esse percentual era de 26,54%². Por outro lado, no caso do acesso a escola, em 2010, 95% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos frequentavam a escola, o que representa uma quase universalização do ensino fundamental. Ações como o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), que serviu de inspiração para o Programa Federal, o PNAIC, e a ampliação do ensino profissional, mostram o esforço despendido no desenvolvimento da educação no Estado, apontando uma perspectiva positiva para a continuidade de melhorias nos indicadores educacionais em 2013.

As inversões nos últimos anos e as projeções para o ano que vem na área de segurança pública podem trazer uma projeção de melhora nos indicadores de criminalidade. De acordo com o Mapa da Violência de 2012, o Ceará atingiu uma taxa de homicídios de quase 30 por cem mil habitantes no ano de 2010, último dado disponível. A perspectiva é de que a consolidação dos projetos públicos nesta área comece a refletir na redução dos indicadores. Por fim, o planejamento de ações a serem desenvolvidas na área social pode ser consultado no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, que mostra o orçamento planejado para os setores da educação básica; saúde; desenvolvimento social e trabalho; segurança pública; ciência, tecnologia, educação superior e profissional; esporte e lazer; cultura; justiça e cidadania; acesso à justiça e desenvolvimento agrário. Os valores mostram o foco da ação do governo em prol do desenvolvimento social.

Nesse aspecto, o Plano estipula algumas metas a serem atingidas durante o quadriênio 2012-2015. Com vistas a alcançar tais metas o Governo do Estado do Ceará destinará recursos aos programas relacionados e às secretarias envolvidas, segundo o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) -2013 (Quadro 1). Conforme o Quadro 1, o montante orçado em 2013 na área social está acima de R\$ 3,8 bilhões, excluindo-se os gastos relacionados a custeio, como, por exemplo, o pagamento de servidores. Este valor representa 19,95% do total dos gastos orçados pelo Governo do Estado em 2013 (R\$19,52 bilhões), indicando importantes investimentos que visam a melhoria da qualidade de vida da população.

² A Taxa de Analfabetismo reflete o percentual de pessoas maiores de 15 anos de idade que não sabem ler nem escrever. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base nos censos de 2000 e 2010.

Quadro 1 - Orçamento previsto no PLOA - Ceará - 2013

Alocação dos Gastos	Valores (R\$)	Participação (%)
Manutenção e Gestão do Estado ⁽¹⁾	6.248.868.132,84	32,01%
Social ⁽²⁾	3.893.823.651,40	19,95%
Infraestrutura ⁽³⁾	3.367.746.041,02	17,25%
Encargos Gerais ⁽⁴⁾	3.431.401.584,33	17,58%
Demais secretarias ⁽⁵⁾	2.312.232.879,07	11,84%
Outros poderes ⁽⁶⁾	217.210.084,77	1,11%
Reserva de Contingência	50.188.875,00	0,26%
Total	19.521.471.248,43	100,00%

Fonte: PLOA - 2013 – SEPLAG.

Notas:

(1) Referem-se aos gastos para manutenção da “máquina”, como por exemplo: pagamento de pessoal, contas públicas e locação de mão de obra.

(2) SSPDS, CEE, SEJUS, SDA, SEDUC, SESA, SECULT, SECITECE, SESPORTE, STDS e SPA.

(3) SEINFRA, SRH, SETUR, SCIDADES, CONPAM E SECOPA.

(4) Referem-se principalmente aos gastos relativos à: transferências constitucionais, pagamento da dívida estadual, participação acionária das empresas estatais não dependentes.

(5) DPGE, GABGOV, GABVICE, PGE, SEFAZ, CASA CIVIL, CGE, SEPLAG, CEDE e CGD.

(6) Referem-se aos gastos da atividade-fim dos seguintes órgãos: AL, TCM, TJ e PGJ (exclusive gastos administrativos).

O Quadro 2 apresenta um maior desmembramento desses gastos sociais orçados para 2013 ao discriminar por secretaria e programa de ação, além de excluir o custeio de manutenção da máquina e o pagamento de pessoal. Conforme observado, a área temática de saúde (40,98%) constitui-se a maior parcela de gastos, seguida da educação (17,10%). No caso dessa última, destaca-se o foco no programa “Organização e Gestão da Educação Básica”, com maior valor orçado, o que revela o compromisso do Governo na educação primária e atenção no gerenciamento de recursos.

Quadro 2 - Gastos Sociais orçados para 2013 por secretaria e programa excluindo o custeio de manutenção da secretaria e o pagamento de pessoal

Continua

ÓRGÃO	CÓDIGO PROGRAMA	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	VALORES EM R\$
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS)	15	SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	196.936.886,98
	12	SEGURANÇA PÚBLICA COMUNITÁRIA	40.697.518,11
	16	GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES	3.965.000,00
	66	PROGRAMA DE GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA	600.000,00
	..	DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	1.275.000,00
		SUBTOTAL	243.474.405,09
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)	60	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.000.000,00
	..	DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	352.142,00
		SUBTOTAL	1.352.142,00
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJUS)	77	INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA	141.758.483,50
	76	PROTEÇÃO E CIDADANIA	20.223.475,00
	..	DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	529.000,00
		SUBTOTAL	162.510.958,50
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA)	28	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	274.361.092,52
	29	ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	253.997.829,29
	67	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	22.556.037,70
	..	DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	150.000,00
		SUBTOTAL	551.064.959,51
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)	73	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	322.657.129,79
	14	ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	252.729.079,23
	72	APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	75.923.151,96
	21	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	9.450.000,00
	26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2.160.000,00
	23	IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	1.320.000,00
	24	PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.205.420,00
	..	DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	250.000,00
		SUBTOTAL	665.694.780,98
SECRETARIA DA SAÚDE (SESA)	37	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	1.419.989.841,89
	30	GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS.	116.962.062,31
	65	PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE	56.486.134,77
	27	ATENÇÃO À PESSOA IDOSA	1.078.388,14
	25	ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS	593.370,31
	26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	542.320,00
		SUBTOTAL	1.595.652.117,42
SECRETARIA DA CULTURA (SECULT)	7	INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ	45.042.589,00
	6	MEMÓRIA CULTURAL	4.137.484,00
	21	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	2.583.500,00
	8	INCENTIVO À LEITURA E AO CONHECIMENTO	1.085.000,00
	..	DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	190.000,00
		SUBTOTAL	53.038.573,00

Fonte: PLOA - 2013 - SEPLAG

Quadro 2 - Gastos Sociais orçados por secretaria e programa excluindo o custeio de manutenção da secretaria e o pagamento de pessoal - Ceará - 2013

Conclusão

ÓRGÃO	CÓDIGO PROGRAMA	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	VALORES EM R\$
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)	70	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	160.269.559,23
	68	EDUCAÇÃO SUPERIOR	111.658.711,54
	69	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	29.843.164,45
	79	MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ	3.590.250,98
	..	DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	85.114,38
		SUBTOTAL	305.446.800,58
SECRETARIA DO ESPORTE (SESPORTE)	71	ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	27.044.735,37
	21	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	10.012.595,62
	93	INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER	5.153.493,20
	92	CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	1.312.000,00
	..	DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	310.000,00
		SUBTOTAL	43.832.824,19
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (STDS)	50	ASSISTÊNCIA SOCIAL	79.584.578,28
	24	PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	57.366.656,92
	49	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	56.623.605,80
	21	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	28.801.591,93
	26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	8.808.793,69
	27	ATENÇÃO À PESSOA IDOSA	4.150.695,00
	51	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.962.255,40
..	DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	799.170,00	
		SUBTOTAL	238.097.347,02
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA (SPA)	36	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	33.658.743,11
		SUBTOTAL	33.658.743,11
TOTAL			3.893.823.651,40

Fonte: PLOA - 2013 - SEPLAG

No Quadro 3 apresentam-se os Investimentos do Governo do Estado para 2013 na área social por secretaria. Como pode se observado, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) é, de longe, a que detém o maior volume de inversões com pouco mais de 7% do total. Isso é reflexo, provavelmente, da grande seca que assolou o Estado em 2012, refletindo, assim, o conjunto de ações adotadas para atenuar uma medida paliativa para reversão da adversidade natural.

Quadro 3 - Investimentos na área social segundo secretarias e o total - Ceará - 2013

SECRETARIA	VALOR EM R\$	Part. %
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA)	322.711.085,46	7,09%
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)	217.486.217,79	4,78%
SECRETARIA DA SAÚDE (SESA)	164.030.503,60	3,60%
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECN. E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)	145.465.142,47	3,20%
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS)	51.122.777,64	1,12%
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJUS)	50.536.268,16	1,11%
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (STDS)	42.759.990,12	0,94%
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA (SPA)	27.443.752,59	0,60%
SECRETARIA DO ESPORTE (SESPORTE)	12.088.399,82	0,27%
SECRETARIA DA CULTURA (SECULT)	7.809.400,00	0,17%
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)	135.000,00	0,00%
TOTAL - ÁREA SOCIAL	1.041.588.537,65	22,89%
OUTRAS SECRETARIAS	3.509.046.820,11	77,11%
TOTAL	4.550.635.357,76	100,00%

Fonte: PLOA - 2013.

Finalmente, o Quadro 4 exhibe os gastos totais com pagamentos de servidores das secretarias classificadas como sendo da área social e o total do Estado. O que se verifica é que quase 48% foram destinados para o pagamento dos servidores que atuam nas secretarias na área social. É uma medida de pouco valor agregado para a presente análise, mas reflete o peso das três principais áreas de investimento social do governo, a saber: educação, segurança pública e saúde, por ordem de gasto total.

Quadro 4 - Gasto com pagamento de servidores na área social - Ceará - 2013

SECRETARIA	VALOR EM R\$	Part. %
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)	1.347.134.021,00	18,21%
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS)	1.036.709.661,00	14,01%
SECRETARIA DA SAÚDE (SESA)	702.228.461,25	9,49%
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECN. E EDUCAÇÃO SUPERIOR (SECITECE)	254.537.508,00	3,44%
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDA)	93.267.880,99	1,26%
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (SEJUS)	51.051.301,00	0,69%
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENV. SOCIAL (STDS)	50.081.026,00	0,68%
SECRETARIA DA CULTURA (SECULT)	5.065.037,00	0,07%
SECRETARIA DO ESPORTE (SESPORTE)	2.314.599,00	0,03%
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)	1.867.881,00	0,03%
SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA (SPA)	1.464.880,00	0,02%
TOTAL - ÁREA SOCIAL	3.545.722.256,24	47,93%
OUTRAS SECRETARIAS	3.851.494.015,41	52,07%
TOTAL	7.397.216.271,65	100,00%

Fonte: PLOA - 2013.

Além dos investimentos na área social, os investimentos que estão sendo realizados em outros setores e que estão previstos possuem um grande potencial de geração de emprego e renda, redução das desigualdades e, conseqüentemente, da pobreza.

O cenário esperado de um bom desempenho da economia cearense deve reforçar a trajetória de avanços nos indicadores sociais em 2013 e nos anos seguintes na medida em que o crescimento é um propulsor da melhoria de bem-estar da população.

3.3.5.2. Infraestrutura

Para 2013, estão previstos gastos com a infraestrutura, no Ceará, da ordem de R\$ 3,4 bilhões, o que representa 17,25% dos gastos totais, conforme indicado no Quadro 5. Dentre os diversos projetos estruturantes estaduais, para 2013, merece destaque o Programa de Transporte e Logística do Ceará, com foco no interior, visando a interligação municipal, o que possibilitará à interiorização do desenvolvimento socioeconômico mais justo. Para este Programa, no Ceará, estão previstos gastos próximos de R\$ 1,6 bilhão, o que representa aproximadamente 47% do total dos gastos com infraestrutura.

Em relação aos gastos com infraestrutura da Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), destacam-se o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o Eixão das Águas. Saliente-se que os dois projetos objetivam a reserva e distribuição de água para o consumo humano, irrigação, agropecuária e indústrias, e seus resultados deverão contribuir para o desenvolvimento social e crescimento econômico do Ceará. A totalidade dos gastos na área hídrica, para o próximo ano, será de, aproximadamente, R\$ 636 milhões.

As potencialidades turísticas que colocam o Estado entre os principais destinos turísticos do país, no próximo ano, serão reforçadas com ações inovadoras no reaparelhamento do turismo cearense. Com essa visão encontra-se em construção um aquário, sob o título de Acquário Ceará. Iniciado em 2012, devido a atrasos em decorrência de questões ligadas a licença ambiental, o término da obra agora está previsto para 2014. Esse projeto e o Centro de Eventos do Ceará constituem-se nos dois maiores projetos estruturantes do Governo estadual, na área de turismo, e que possibilitarão o aumento das atividades ligadas a essa área, influenciando, conseqüentemente, o desempenho da economia cearense.

Ainda dentro das atividades do turismo, não se pode deixar de citar a conclusão do aeroporto de Jericoacoara que juntamente com o aeroporto de Aracati, inaugurado em 2012, fazem parte de uma proposta de interiorização do desenvolvimento. O montante de gastos à disposição da SETUR, para 2013, é de R\$ 254,5 milhões.

Quadro 5 - Gastos na área de infraestrutura orçados por secretaria e programa excluindo o custeio de manutenção da secretaria e o pagamento de pessoal - Ceará - 2013

ÓRGÃO	CÓDIGO PROGRAMA	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	VALORES EM R\$
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA (SEINFRA)	3	TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	1.514.319.412,55
	54	EDIFICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ	26.365.606,19
	4	MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ	23.752.000,00
	5	INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DAS REGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ	11.383.195,00
		DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	100.000,00
		SUBTOTAL	1.575.920.213,74
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS (SRH)	39	TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	612.886.182,64
	40	ACUMULAÇÃO HÍDRICA	19.031.328,00
	41	GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3.586.330,00
		SUBTOTAL	635.503.840,64
SECRETARIA DO TURISMO (SETUR)	75	CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO "CEARÁ"	254.493.965,89
		SUBTOTAL	254.493.965,89
SECRETARIA DAS CIDADES (SCIDADES)	32	SANEAMENTO AMBIENTAL	260.288.559,83
	33	HABITACIONAL	178.083.027,96
	31	DESENVOLVIMENTO URBANO	148.200.024,06
	34	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	114.860.600,55
	91	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES	3.188.000,00
		SUBTOTAL	704.620.212,40
CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE (CONPAM)	82	GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS	25.903.627,00
	90	DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DOS TERRITÓRIOS	830.000,00
	..	DEMAIS PROGRAMAS INFERIORES A R\$ 500.000	342.000,00
		SUBTOTAL	27.075.627,00
SECRETARIA ESPECIAL DA COPA 2014 (SECOPA)	89	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014	170.132.181,35
		SUBTOTAL	170.132.181,35
		TOTAL	3.367.746.041,02

Fonte: PLOA-2013.

Outro segmento que merece ser ressaltado relaciona-se com os gastos e investimentos que serão necessários para a realização da Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo de 2014. O Ceará, em 2012, foi o primeiro Estado a inaugurar um estádio sede para

esses eventos. Devido a magnitude desses equipamentos foi criada uma secretaria de Estado específica para empreender e gerenciar as obras necessárias para a realização dessas competições esportivas, a Secretaria Especial da Copa (SECOPA), que conta com um gasto estimado em R\$ 170 milhões para conduzir suas ações em 2013. Pode-se verificar, então, que para 2013, a maior parte do montante de gastos em infraestrutura está aplicada nos setores de transporte, recursos hídricos, saneamento, habitação e turismo, com forte ênfase na interiorização do Estado, favorecendo assim uma redução das desigualdades regionais e um aumento do desenvolvimento socioeconômico do Ceará.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia cearense vem crescendo acima da média nacional e para os próximos anos a tendência é de continuidade. Espera-se que no fechamento das estimativas do ano de 2012, o PIB estadual fique em 3,5%, acima do crescimento em torno de 1% do PIB brasileiro previsto pelo Banco Central.

Apesar da lenta recuperação dos países desenvolvidos e os seus reflexos sobre a economia brasileira, o ano de 2013 apresenta-se com boas perspectivas para a economia cearense. O otimismo se dá pelas possibilidades que se apresentam para o Estado, com diversas frentes de investimentos de natureza pública e privada, viabilizando projetos estratégicos para o desenvolvimento estadual. Os resultados dos empreendimentos impactarão nas atividades econômicas, especialmente na Construção civil e no setor de Serviços, com destaque para o Comércio e as atividades ligadas ao turismo. Espera-se que a Indústria total e o setor Agropecuário consigam superar os entraves que nos dois últimos anos vêm afetando negativamente seus resultados.

No caso da Indústria, a preocupação é com o segmento mais importante, que é o de Transformação, representado pelas atividades de Alimentos e bebidas, Vestuário e calçados, Têxtil, para citar os principais. Essas atividades, sobretudo as duas últimas, enfrentam problemas de concorrência de produtos importados e oscilações no câmbio. Já em relação a Agropecuária, a preocupação é maior porque seus problemas, principalmente nos dois últimos anos, foram relacionados às condições climáticas, com pouco poder de intervenção humana.

No entanto, o Governo planeja grandes investimentos que poderão amenizar a ausência de chuvas, como a transferência hídrica e suprimento de água, além de acumulação hídrica.

A sustentação de taxas de crescimento continuadas acima da média nacional, como vem ocorrendo nos últimos anos, passa a ser fortemente influenciada pela capacidade arrecadatória do Estado e no controle das despesas improdutivas, especialmente aquelas referentes ao custeio. O grande desafio que se avizinha é estabelecer ações que possam transbordar o sucesso verificado em termos do desempenho econômico, com vistas à melhoria da condição de vida da população, especialmente a mais pobre. Para tanto, a avaliação das políticas já utilizadas na área social constitui, assim, um dos principais objetivos a serem perseguidos em 2013.